

Simulado

Simulado TSE Unificado (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária** do TSE;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/HRo5BngXtJQ4kuET7>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/mf8a7a>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 07**

Cidadania é um termo que designa a pessoa atribuída dos direitos e deveres de cidadão, ou seja, um indivíduo que vive e coabita na cidade, em comunidade e com as normas criadas pela sociedade e também em nível de negócios e decisões políticas. Tendo se originado na Grécia, o termo atualmente compreende outras definições decorrentes de sua modernização. Na sociedade atual, a cidadania engloba inicialmente as questões relativas à nacionalidade, que significa ser subordinado às leis e direitos ligados a um determinado país, normalmente o de sua origem ou nascimento. Com a atualização, o termo cidadania vem se caracterizando por mais direitos e deveres constantes no fato de uma pessoa ser considerada cidadã, pois a ética da sociedade se modifica conforme ocorre à evolução.

Nesse sentido, surge também ao ideário social o respeito ao meio ambiente como uma das exigências consideradas como necessárias para um ser humano correto que cumpre com seus deveres de cidadão; até porque a cidadania diz respeito à luta pelos direitos humanos e, conforme a Constituição Federal Brasileira, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todo brasileiro.

Entendemos que a cidadania abrange o cuidado e a preservação do meio ambiente para que todos possam usufruir de um equilíbrio equitativo, com direitos e deveres igualitários a toda população. A vida com cidadania pressupõe um respeito para com o meio ambiente em que se vive, porque na vida em sociedade devemos compreender que dividimos o ambiente habitável com outros seres humanos e também outros seres vivos que participam dos processos ambientais e colaboram para a perfeita sintonia com este equilíbrio ambiental.

Reconhecendo que a cidadania são também as ações simples do dia a dia, como o fato de não jogar lixo nos lugares impróprios e não poluir as fontes de água do planeta, a importância da ética relacionada à vida em sociedade reflete soluções ou problemas para as pessoas que nos cercam. A cidadania hoje é vista como uma forma

de preocupação com os outros indivíduos da sociedade, por meio de ações conscientes para que as minhas ações não sejam motivos de problemas para o meu semelhante.

Os impactos ambientais da atualidade fizeram com que a preocupação com a questão ambiental se tornasse globalizada. Estados Unidos, um país intensamente industrializado, têm colaborado com os acordos internacionais relacionados ao meio ambiente.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92, que aconteceu em 1992, no Rio de Janeiro, teve como premissa no Princípio 1 que: os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com o meio ambiente. Portanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o nosso lar.

(Colunista Portal – Educação. Cidadania e Meio Ambiente. Disponível em portaleducacao.com.br. Adaptado)

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto IV, julgue os seguintes itens.

- 01.** Depreende-se do texto que o conceito de cidadania é construído a partir de direitos e obrigações, uma vez que a vida em sociedade pressupõe uma ética de equilíbrio entre o individual e o coletivo.
- 02.** No primeiro parágrafo, o texto esclarece que o termo 'cidadania', apesar de abarcar em sua origem diferentes significados, atualmente remete apenas a questões relativas à nacionalidade.
- 03.** Sem prejuízo da correção gramatical, a forma verbal 'têm' (5º parágrafo) poderia ser substituída por 'tem'.
- 04.** No primeiro período do segundo parágrafo, em "surge também ao ideário social o respeito ao meio ambiente", o trecho destacado exerce a função de objeto direto do verbo 'surgir'.

05. A supressão do sinal indicativo de crase em " até porque a cidadania diz respeito à luta pelos direitos humanos" manteria a correção gramatical.

06. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto, o trecho "Portanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o meio ambiente" poderia ser reescrito da seguinte forma: Conquanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o meio ambiente.

07. O 1º parágrafo do texto é predominantemente expositivo.

Julgue os itens a seguir:

08. A frase a seguir está correta quanto à concordância verbal: *É bastante agradável os dias ensolarados, que permite a todas as pessoas aproveitar a praia, a beleza do mar, as ondas e a companhia dos amigos, além de adquirir uma bela cor bronzeada.*

09. A frase "Sua vida constitui em exemplo a ser seguido" está gramaticalmente correta.

10. A frase *Isso explica por que a palavra escrita é a grande ferramenta para entender o mundo* teve a grafia do termo sublinhado explicado exatamente pelas mesmas razões do emprego dele em *O autor declara por que ler ainda é indispensável.*

11. O par de frases a seguir apresenta uma proposta de reescrita gramaticalmente incorreta em relação ao emprego indicativo de crase.

Antes de entrar, bata à porta. / Ao sair, bata a porta.

12. O termo destacado em "*Esse ministro goza de enorme influência sobre o governo*" pode ser reescrito, mantendo os sentidos e a correção gramatical, por usufrui.

13. O trecho "*Costumávamos pensar em sistemas sociais como uma totalidade de que coordenava e adaptava os aspectos da existência humana por meio de mecanismos econômicos, poder político e padrões culturais*" apresenta erro gramatical.

14. *Há poucos dias assisti a um debate...* Neste caso, o verbo *haver* não recebe flexões e, por isso mesmo, é denominado *impessoal*. A frase a seguir também está correta e coerente quanto ao uso da mesma forma verbal: *Hão de existir alguns amigos no novo bairro.*

15. A frase a seguir apresenta erro de regência: *O estabelecimento dessas normas implicou demorado estudo das atribuições e tarefas dos técnicos.*

16. O trecho "*manteve sua rotina de estudo, mesmo que em condições precárias*" e "*por muito que chova, as ruas não serão inundadas*" apresentam a mesma relação sintático-semântica.

17. Considerando a regência do verbo "tender", é obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no "A" em "tendem a ser mais eficazes" na frase: "*Pesquisadores adiantam que os processamentos de produtos pela nova tecnologia tendem a ser mais eficazes*".

18. A supressão da vírgula empregada após o vocábulo "prima" implicaria mudança de sentido no período: "*Mandei uma mensagem para minha prima, que mora em Paris*".

19. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “A economia é tomada como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, admitindo sua importância em diferentes esferas da sociedade” poderia ser reescrito da seguinte forma: **Toma-se a economia como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, reconhecendo sua importância em diferentes esferas da sociedade.**

20. No período “seria a hora de os estrangeiros comprarem ações e títulos brasileiros”, o verbo **ser** expressa, nesse contexto, uma ideia hipotética, uma possibilidade.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 21 A 34

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo - num desses mapas, em dois ou em todos três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido - então cada sociedade produz esses estranhos. Ao mesmo tempo que traça suas fronteiras e desenha seus mapas cognitivos, estéticos e morais, ela não pode senão gerar pessoas que encobrem limites julgados fundamentais para a sua vida ordeira e significativa, sendo assim acusadas de causar a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável.

O mais opressivo dos pesadelos que assombraram o nosso século, notório por seus horrores e terrores, por seus feitos sangrentos e tristes premonições, foi mais bem captado na memorável imagem de George Orwell da bota de cano alto pisando uma face humana. Nenhuma

face estava segura - como cada uma estava sujeita a ser culpada do crime de violar ou transgredir. E, uma vez que a humanidade tolera mal todo tempo de reclusão, os seres humanos que transgridem os limites se convertem em estranhos -, mas prestes a vir a sê-lo, longe do dano ilegal de cruzar fronteiras.

Botas de cano alto fazem parte de uniformes. Elias Canetti escreveu sobre os "uniformes assassinos". Em algum momento do nosso século se tornou comum a compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos. Os uniformes eram o símbolo dos servidores do estado, essa fonte de todo o poder e acima de tudo do poder coercitivo ajudado e favorecido pelo poder que absolve da desumanidade. Envergando uniformes, os homens se tornam esse poder em ação; envergando botas de cano alto, eles pisam, e pisam em ordem, em nome do estado. O estado que vestiu homens de uniforme, de modo que estes pudessem ser reconhecidos e instruídos para pisar, e antecipadamente absolvidos da culpa de pisar, foi o estado que se encarou como a fonte, o defensor e a única garantia da vida ordeira: a ordem que protege o dique do caos. Foi o estado que soube o que a ordem devia parecer, e que teve força e arrogância bastante não apenas para proclamar que todos os outros estados de coisas são a desordem e o caos, como também para obrigá-los a viver sob essa condição. Foi este, em outras palavras, o estado moderno - que legislou a ordem para a existência e definiu a ordem como a clareza de aglutinar divisões, classificações, distribuições e fronteiras.

Na sociedade moderna, e sob a égide do estado moderno, a aniquilação cultural e física dos estranhos e do diferente foi uma destruição criativa, demolindo, mas construindo ao mesmo tempo; mutilando, mas corrigindo ... Foi parte e parcela da constituição da ordem em curso, da constituição da nação, do esforço de constituição do estado, sua condição e acompanhamento necessários. E, inversamente, onde quer que a planejada ordem de constituição esteja em andamento, certos habitantes do território a ser ordeiramente feito de maneira nova convertem-se em estranhos que precisam ser eliminados.

Sob a pressão do anseio da moderna constituição da ordem, os estranhos viveram, por assim dizer, num estado de extinção contida. Eram os estranhos, por definição, uma anomalia a ser retificada. Sua presença era a priori definida como temporária, tanto quanto a etapa, atual e fugaz, na pré-história da ordem ainda por vir. Uma coexistência permanente com o estranho e com

o diferente, e a pragmática de viver com estranhos, não precisaram ser enfrentadas à queima-roupa, como uma perspectiva séria. E isso não seria necessário, enquanto a vida moderna continuasse nas mãos de um estado bastante ambicioso e bem-dotado para prosseguir na tarefa. Não é em toda parte, porém, que essas condições parecem, hoje, estar prevalecendo: é numa época que Anthony Giddens chama de "modernidade tardia", Ulrich Beck de "modernidade reflexiva", Georges Balandier de "supermodernidade", e que eu tenho preferido junto com muitos outros) chamar de "pós-moderna": o tempo em que vivemos agora, na nossa parte do mundo (ou, antes, viver nessa época delimita o que vemos como a "nossa parte do mundo" ...).

(Bauman, Zygmunt. A criação e anulação dos estranhos. Adaptado)

Com relação ao texto, julgue os itens a seguir.

- 21.** No contexto da argumentação desenvolvida no 1º parágrafo, a afirmação "cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos" permite-nos afirmar que cada sociedade estabelece para si seus próprios limites sociocomportamentais do que se entende por normalidade.
- 22.** O texto utiliza a imagem "botas de cano alto" (3º parágrafo) como marca do poder paralelo, uma vez que agentes de força de segurança, no contexto referenciado, atuavam em direção oposta às diretrizes estabelecidas pelo Estado.
- 23.** Infere-se do texto que, historicamente, estruturas de poder que compunham as sociedades se utilizaram da violência como método de repressão das diferenças e como instrumento de controle.
- 24.** De acordo com o 4º parágrafo, a imposição de uma ordem na sociedade moderna, coibindo o diferente, se deu com base em contraposição de ideias.
- 25.** Seria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal "assombraram" (2º parágrafo) fosse substituída por **assombrou**.
- 26.** Os vocábulos "que" destacados em " Foi o estado **que** soube o **que** a ordem devia parecer" (3º parágrafo) pertencem a classes gramaticais distintas.
- 27.** No período "Eram os estranhos, por definição, uma anomalia a ser retificada", o vocábulo "estranhos" ocupa a posição de núcleo do sujeito.
- 28.** No terceiro parágrafo, a forma "los" desempenha a função de complemento indireto da forma verbal "obrigar" em "como também para obrigá-los a viver sob essa condição" e funciona como elemento de coesão.
- 29.** O trecho "Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam..." (2º período do primeiro parágrafo) poderia ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical, da seguinte forma: **se os estranhos são as pessoas que não encaixam-se**.
- 30.** O conectivo destacado em "uma vez que a humanidade tolera mal todo tempo de reclusão, os seres humanos que transgridem os limites se convertem em estranhos (2º parágrafo)" poderia ser substituído por "como" sem alteração do sentido original.
- 31.** Em "sê-lo", "obrigá-los" e "viverem", as formas verbais estão no modo infinitivo.
- 32.** O trecho "de que os homens uniformizados devem ser mais temidos" exerce a função de adjunto adnominal do vocábulo compreensão.

33. Sem prejuízo do sentido e da coerência do texto, o trecho "certos habitantes do território a ser ordeiramente feito de maneira nova convertem-se em estranhos que precisam ser eliminados" pode ser reescrito da seguinte forma: **certos habitantes do território a ser ordeiramente feito de maneira nova foram convertidos em estranhos que precisam ser eliminados.**

34. A forma verbal em destaque, em "Sua presença era a priori definida como temporária" (último parágrafo), pode ser classificada como verbo de ligação.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 35 A 40

A civilização "pós-moderna" culminou em um progresso inegável, que não foi percebido antecipadamente, em sua inteireza. Ao mesmo tempo, sob o "mau uso" da ciência, da tecnologia e da capacidade de invenção nos precipitou na miséria moral inexorável. Os que condenam a ciência, a tecnologia e a invenção criativa por essa miséria ignoram os desafios que explodiram com o capitalismo monopolista de sua terceira fase. Em páginas secas premonitórias, E. Mandel* apontara tais riscos. O "livre jogo do mercado" (que não é e nunca foi livre) rasgou o ventre das vítimas: milhões de seres humanos nos países ricos e uma camada maior de milhões nos países pobres. O centro acabou fabricando a sua periferia intrínseca e apossou-se, como não sucedeu nem sob o regime colonial direto, das outras periferias externas, que abrangem quase todo o "resto do mundo".

(Florestan Fernandes, Folha de S. Paulo, 27/12/1993)

(*) Ernest Ezra Mandei (1923-1995): economista e militante político belga.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

35. A palavra "inexorável" poderia ser substituída por **inevitável** sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.

36. Seriam preservados a correção gramatical e os sentidos do texto caso a vírgula empregada imediatamente após o vocábulo "inegável" (primeiro período do texto) fosse suprimida.

37. A partícula "se" em "O centro acabou fabricando a sua periferia intrínseca e apossou-se..." pode ser corretamente classificada como pronome reflexivo.

38. Depreende-se do texto que o "mau uso da ciência, da tecnologia e da capacidade de invenção" são elementos presentes na pós-modernidade que causaram a miséria moral.

39. As aspas foram empregadas em "livre jogo do mercado" e "resto do mundo" com a mesma finalidade.

40. O texto pode ser enquadrado no tipo dissertativo-argumentativo.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 41 A 50

O Distrito Federal figura como a unidade da Federação com a maior redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) do Brasil. O destaque nacional é apontado pelo Monitor da Violência, que faz o acompanhamento dos crimes contra a vida no país. De acordo com o estudo, a redução no DF chegou a 37%. Em todo o país, foram contabilizadas 1,3 mil mortes a menos nos três primeiros meses deste ano de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, o que na média nacional representa redução de 11% nos CVLIs. A categoria engloba os homicídios (feminicídios), latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

"Esse destaque é um reconhecimento pelo trabalho que vem sendo desenvolvido a partir de políticas pautadas pelo interesse público adotadas pela Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP/DF), em especial o programa DF Mais Seguro. Essas medidas foram, e são possíveis, por meio do trabalho integrado das forças de segurança e a avaliação constante de resultados, até mesmo para que sejam feitas adaptações, quando

necessário”, avalia o secretário de Segurança Pública, delegado Júlio Danilo.

“Importante ressaltar que a queda do número de homicídios no DF estava ocorrendo mesmo antes da pandemia. É possível que a dinâmica das restrições impostas pelo período tenha interferido, porém não há estudo sobre o assunto. O que temos é uma redução que já vinha sendo consolidada e que se estabeleceu por todo o ano passado. Isso demonstra o esforço ainda maior dos profissionais da Segurança Pública, que tiveram que se adaptar às rotinas do novo cenário e, ainda assim, conseguimos terminar 2020 com redução recorde”, completa Danilo.

O levantamento feito pelo Monitor da Violência é uma parceria do Núcleo de Estudos da Violência da USP, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Portal G1. O objetivo é produzir dados para debater a violência e apontar soluções. Além do policiamento extensivo de policiais militares, a redução dos homicídios também resulta de uma série de ações e medidas adotadas pela Polícia Civil do DF (PCDF), como explica o titular da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa, Laércio Rosseto: “Essa redução de crimes violentos no DF está ligada à resposta que tem sido dada por parte da polícia judiciária local. As investigações e prisões diminuem a impunidade e mostra que os autores desses crimes serão alcançados”.

Rosseto relata ainda ações adotadas pela instituição: “Os resultados foram obtidos por conta de uma série de ações, como a implementação do Plantão Extraordinário de Local de Crime (PEL); o combate ao tráfico de drogas; uso de tecnologia de ponta; o trabalho qualificado dos peritos criminais; e o deferimento de representações ofertadas ao Judiciário, com pareceres favoráveis do Ministério Público, o que possibilita medidas cautelares para uma investigação de excelência”.

Desde o ano passado, a SSP/DF deu início à implementação do DF mais Seguro, que é pautado pela aplicação ainda mais adequada das políticas de segurança, com base nos seguintes eixos: Cidade da Segurança Pública: modernização e ampliação do sistema de videomonitoramento; projeto Área de Segurança Prioritária (ASP), que vai seguir reforçando todas as ações nas regiões administrativas; e a melhoria no atendimento dos canais de emergência.

Março, mês em que ocorre o Dia Internacional da Mulher, foi marcado pelo lançamento do Mulher Mais

Segura, que integra o DF Mais Seguro. O programa, voltado para o público feminino no DF, reúne medidas, iniciativas e ações de enfrentamento aos crimes de gênero e fortalecimento de mecanismos de proteção a esse público. Entre as medidas está o Dispositivo Móvel de Proteção à Pessoa (DMPP), para monitoramento de Medidas Protetivas de Urgência de casos encaminhados pelo Judiciário local e a disponibilização do estudo qualificado de feminicídios realizado mensalmente pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídio e Feminicídio (CTMHF).

Apesar de o objetivo principal ser a redução de homicídios, é notório que a presença policial contribui com o aumento da sensação de segurança da população e, conseqüentemente, com a redução de outros crimes, como roubos e furtos, como afirma Neves: “Com esta ação – que independe das ações ordinárias das forças de segurança – realizamos apreensão de drogas e armas e o cumprimento de mandados de prisão que estiverem em aberto”.

(Disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/05/31/distrito-federal-apresenta-maior-queda-no-pais-de-crimes-contra-a-vida/>. Adaptado)

Acerca de aspectos linguísticos do texto, julgue o item a seguir.

41. Infere-se do texto que a presença integrada de forças policiais coíbe práticas criminosas, o que contribui para uma maior sensação de segurança da população.
42. O termo destacado em "Com esta ação – que independe das ações **ordinárias** das forças de segurança – realizamos" (8º parágrafo) poderia ser corretamente substituído por **rotineiras** sem prejuízo do sentido original do texto.

Acerca de aspectos linguísticos do texto, julgue o item a seguir.

43. A expressão destacada em "o que possibilita medidas cautelares [...]" (5º parágrafo) tem como antecedente "Ministério Público" e pode ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical por **o qual**.

44. Em "projeto Área de Segurança Prioritária (ASP), que vai seguir reforçando todas as ações nas regiões administrativas (6º parágrafo)", a supressão da vírgula, por seu caráter facultativo, preservaria o sentido original do texto se retirada.

45. As palavras "história", violência e "extraordinário" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.

46. A partícula destacada em "O que temos é uma redução que já vinha sendo consolidada e que **se** estabeleceu por todo o ano passado (3º parágrafo) pode ser classificada como pronome apassivador.

47. O vocábulo **que** em "Importante ressaltar que a queda..." (3º parágrafo) e em "ligada à resposta que tem sido dada por parte da polícia judiciária local..." (4º parágrafo) recebem a mesma classificação morfológica.

48. O segmento "que tiveram que se adaptar às rotinas do novo cenário" (3º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical, da seguinte forma: **que tiveram de se adaptar a rotinas do novo cenário**.

49. Entre as ideias contidas no período "Importante ressaltar que a queda do número de homicídios no DF estava ocorrendo mesmo antes da pandemia" (3º parágrafo) e no período imediatamente posterior, estabelece-se uma relação de concessão.

50. O adjetivo **notório** em "é notório que a presença policial contribui com o aumento da sensação de segurança da população" (último parágrafo) pode ser sintaticamente classificado como predicativo do sujeito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca da organização administrativa, das entidades paraestatais e do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

51. As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão dispensadas da prestação de contas aos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, em virtude da natureza privada dos recursos recebidos por essas entidades e do caráter concorrencial de suas atividades.

52. Organização social é a qualificação jurídica dada à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar serviço público de natureza social.

Acerca dos agentes públicos, poderes administrativos e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

53. A nomeação tardia a cargo público em decorrência de decisão judicial gera, em regra, direito à indenização, uma vez que o direito do servidor será contemplado em momento posterior ao prazo inicialmente devido.

54. Aplica-se a teoria do fato consumado para candidatos que assumiram o cargo público por força de decisão judicial provisória posteriormente revista, quando decorrido prazo superior a cinco anos desde a posse.

55. O Estado não responde objetivamente por danos decorrentes de crimes praticados por pessoas foragidas do sistema prisional, exceto se demonstrado o nexó causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

56. As ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes de perseguição, tortura e prisão, por motivos políticos, ocorridas durante o regime militar, devem observar o prazo de prescrição quinquenal.

57. Acerca da retroatividade das mudanças ocorridas na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230/21, com base no entendimento dos Tribunais Superiores,

Segundo o Supremo Tribunal Federal, as previsões da Lei 14.230/2021 aplicam-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da Lei, desde que sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

Acerca das licitações e contratos administrativos - Lei nº 14.133/2021 e suas alterações – julgue os itens a seguir.

58. Suponha que o Município X pretenda contratar a reforma de edifícios utilizados como hospitais públicos. Caso a licitação seja realizada na modalidade concorrência, o procedimento seguirá o rito comum, no qual, em regra, a habilitação ocorrerá após o julgamento.

59. No diálogo competitivo, a administração tem o dever de revelar a outros licitantes as soluções propostas comunicadas por um licitante, independentemente do seu consentimento.

60. Os contratos de prestação de serviços e fornecimentos contínuos podem ser prorrogados sucessivamente, respeitado o prazo máximo de dez anos, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Sobre aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir

61. As normas de eficácia limitada estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento em que a Constituição é promulgada. A lei posterior, caso editada, restringirá a sua aplicação.

Sobre a perda da nacionalidade dos brasileiros natos, julgue o item a seguir.

62. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro nato que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, desde que não configure apatridia.

Sobre os direitos políticos e a inelegibilidade previstos na Constituição Federal, julgue o item a seguir.

63. A Inelegibilidade reflexa é prevista na Constituição Federal, sendo inelegíveis, na área de atuação do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos, afins, ou por adoção, até o segundo grau. Por sua vez, a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista, inclusive nos casos de extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges.

Sobre a competência para legislar definida na Constituição Federal, julgue o item a seguir.

64. Compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral, sendo essa competência legislativa delegável aos Estados, cabendo à União, discricionariamente, tomar a decisão de fazer ou não a delegação.

Sobre as medidas provisórias previstas na Constituição Federal, julgue o item a seguir

65. O Presidente da República pode editar medida provisória versando sobre direito eleitoral, desde que cumpridos os requisitos de relevância e urgência previstos na Constituição Federal.

Sobre a competência do Superior Tribunal de Justiça prevista na Constituição Federal, julgue o item a seguir

66. A Constituição Federal enumerou no artigo 105 um rol taxativo de competências do Superior Tribunal de Justiça. Essas competências são classificadas em três categorias: originária, recurso ordinário e recurso especial. É competência originária do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Julgue o item a seguir, de acordo com as disposições da Constituição Federal e entendimento do STF sobre a magistratura.

67. Lei Estadual poderá dispor sobre a exigência de idade mínima e máxima para ingresso na carreira da magistratura, de acordo com a realidade da sua população, atendendo ao melhor interesse do Estado.

Acerca do entendimento do STF sobre o CNJ, julgue o item a seguir.

68. É competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, todas as ações ajuizadas contra decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas no exercício de suas competências constitucionais.

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, julgue o item a seguir.

69. O Supremo Tribunal Federal entende que há obrigatoriedade de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito quando atendidos os seguintes requisitos constitucionais: 1) requerimento de 1/3 dos membros da Casa Legislativa; 2) fato determinado e; 3) prazo certo. Assim, atendidas as exigências constitucionais a instalação da CPI não pode ser obstada pela vontade da maioria parlamentar ou dos órgãos diretivos das Casas Legislativas.

Sobre a Defensoria Pública na Constituição Federal e no entendimento do STF, julgue o item a seguir.

70. A Defensoria Pública não integra o Poder Judiciário, por integrar uma das funções essenciais à justiça, a Defensoria Pública tem o poder de requisitar a instauração de inquérito policial.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

71. Julgue o item a seguir, com base na jurisprudência do TSE.

A União é parte ilegítima para requerer a execução de astreintes, fixada por descumprimento de ordem judicial no âmbito da Justiça Eleitoral.

72. Acerca da propaganda eleitoral na internet, julgue o item a seguir.

É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes.

73. Sobre o processo penal eleitoral, julgue o item que se segue.

A apelação criminal eleitoral não possui, como regra, efeito suspensivo

74. Considerando as disposições legais e entendimentos jurisprudenciais acerca da ação de impugnação de mandato eletivo (AIME), julgue os itens que se seguem:

Admite-se a a propositura da AIME para apurar violação à cota de gênero

75. Considerando as disposições legais e entendimentos jurisprudenciais acerca da ação de impugnação de mandato eletivo (AIME), julgue os itens que se seguem:

O bem jurídico tutelado pela ação de impugnação de mandato eletivo é a legitimidade da eleição, razão pela qual, ao se apurar, nessa via processual, abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, os fatos devem ser potencialmente graves a ponto de ensejar desequilíbrio no pleito

76. Considerando as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, julgue o item a seguir:

Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

77. Considerando a competência da justiça eleitoral, julgue o item a seguir.

Não cabe à Justiça eleitoral julgar conflito de interesses envolvendo cidadão e Partido Político, considerada exclusão de filiado.

78. Julgue o próximo item de acordo com o previsto na Lei n.º 9.096/1995.

O partido político equipara-se às entidades paraestatais.

79. Com base no disposto no Código Eleitoral (Lei n.º 4.737/1965), julgue o item a seguir:

Aos eleitores em trânsito no território nacional é assegurado o direito de votar para presidente da República, governador, senador, deputado federal, deputado estadual, deputado distrital, prefeito e vereador em urnas especialmente instaladas nas capitais e nos municípios com mais de cem mil eleitores.

80. Julgue o próximo item de acordo com o previsto na Lei n.º 9.504/1997.

O ajuizamento de ação eleitoral por candidato ou partido político impede ação do Ministério Público no mesmo sentido

81. Julgue o próximo item de acordo com o previsto na Lei n.º 9.504/1997.

O descumprimento dos limites de gastos fixados para cada campanha acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico.

82. Julgue o item a seguir, com base na jurisprudência do TSE.

Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, não há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.

83. Julgue o próximo item de acordo com o previsto na Lei n.º 9.096/1995.

Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

84. Acerca da propaganda eleitoral, julgue o item a seguir.

Não será permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.

85. Julgue o item a seguir, com base na jurisprudência do TSE.

A votação inexpressiva, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir, pode levar à configuração da fraude à cota de gênero.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Levando em consideração o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens **86** ao **88**.

86. Diante de omissão legal, o juiz decidirá de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, visando atender aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

87. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Perdendo a Lei revogadora a vigência, a Lei anterior fica restaurada imediatamente, uma vez que, no Direito Brasileiro, repristinação é a regra.

88. Salvo disposição em contrário, a lei entrará em vigor no primeiro dia útil posterior a sua publicação no Diário Oficial da União.

Sobre as pessoas naturais, o domicílio e ausência, julgue os itens **89** a **92**

89. Cessará para os menores a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

90. Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento exclusivo dos herdeiros, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.

91. Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

92. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no último local onde estabeleceu residência com ânimo definitivo.

Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, julgue o item a seguir.

93. A desconsideração da personalidade jurídica ocorre em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. Nesse caso, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. O Código Civil adotou a Teoria Menor para justificar a desconsideração da personalidade jurídica, exigindo a prova da fraude ou o abuso de direito.

Com relação aos direitos da personalidade, julgue o item a seguir:

94. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

Sobre os bens no Código Civil, julgue o item a seguir.

95. Os materiais antes de empregados são considerados bens móveis, após empregados a um bem imóvel são considerados imóveis e readquirem a qualidade de móveis os provenientes da demolição de algum prédio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

96. Julgue o item que se segue, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC) e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O trânsito em julgado da decisão que aprecia pedido de desconsideração da personalidade jurídica torna a questão preclusa para as partes da relação processual, inviabilizando a dedução de novo requerimento com base na mesma causa de pedir.

97. Considerando as disposições legais relativas à ação civil pública, julgue o item seguinte.

Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao dobro das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

98. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) acerca da modificação da competência, julgue o item a seguir:

Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles

99. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do mandado de segurança, julgue o item seguinte.

Não é possível desistir do mandado de segurança, sem aquiescência da autoridade coatora, após a sentença de mérito contrária ao impetrante, ainda que antes do trânsito em julgado do referido pronunciamento judicial.

100. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) acerca da tutela cautelar em caráter antecedente, julgue o item a seguir:

O réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

101. Considerando as disposições do Código de Processo Civil (CPC) acerca da adjudicação, julgue o item a seguir:

É lícito ao exequente, oferecendo preço não inferior a 50% da avaliação, requerer que lhe sejam adjudicados os bens penhorados

102. No que concerne à teoria geral dos recursos, julgue o item a seguir, de acordo com o Código de Processo Civil.

O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

103. Julgue o item que se segue, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O Ministério Público não tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos individuais homogêneos dos consumidores decorrentes da prestação de serviço público.

104. Julgue o item a seguir, acerca das provas no âmbito do Código de Processo Civil (CPC).

Os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade não dependem de prova.

105. Julgue o item que se segue, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O terceiro juridicamente interessado tem legitimidade para ajuizar a ação declaratória de nulidade (querela nullitatis insanabilis) sempre que houver algum vício insanável na sentença transitada em julgado.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 106 a 109:

Situação hipotética: Arnaldo, 67 anos de idade, analista judiciário do TSE, ocupante de função de direção, subtraiu três *notebooks* pertencentes ao Tribunal. Valendo-se de seu acesso facilitado por ser funcionário do órgão, ingressou no prédio em um horário de menor fluxo de pessoas e se dirigiu à sala da Divisão de Patrimônio, onde estavam guardados diversos bens públicos, subtraindo os computadores anteriormente mencionados. A conduta de Arnaldo foi facilitada pelo fato de que a sala se encontrava com a porta destrancada, já que Eduardo, chefe da Divisão de Patrimônio, se esquecera de trancar a porta ao ir embora.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

106. Assertiva: nesse caso, Arnaldo praticou o crime de peculato-furto, que possui a mesma pena cominada ao crime de peculato-apropriação.

107. Assertiva: Eduardo deverá responder pelo crime de peculato-culposo, eis que concorreu culposamente para o crime alheio, mas a reparação integral do dano, desde que realizada antes do recebimento da denúncia, gerará extinção da punibilidade.

108. Assertiva: A pena imposta a Arnaldo será aumentada da terça parte por ser ele ocupante de função de direção na administração direta.

109. Assertiva: A idade de Arnaldo na data do fato não terá qualquer influência sobre o prazo de prescrição relativo ao crime por ele praticado.

110. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Ricardo, 20 anos, desferiu duas pauladas na cabeça de Matheus, causando-lhe lesão corporal. Posteriormente restou comprovado que Ricardo, ao tempo do fato, embora agindo em legítima defesa, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de perturbação de saúde mental.

Assertiva: Nesse caso, Ricardo terá sua pena reduzida de um a dois terços.

111. Acerca das penas, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Charles, reincidente em razão de condenação anterior por lesão corporal culposa, mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime falsificação de documento público (art. 297 do CP) a uma pena de 03 anos de reclusão e multa.

Assertiva: Nesse caso, poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

112. Acerca dos crimes contra a fé pública julgue o item a seguir:

A fabricação de papel-moeda grosseiramente falsificado não configura crime de moeda falsa.

113. Sobre a lei penal no tempo, julgue o item a seguir:

Sobrevindo nova lei penal benéfica, esta será aplicada retroativamente aos fatos praticados antes de sua entrada em vigor, ainda que já tenha havido o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, cabendo ao Juízo da execução penal a aplicação da nova lei benéfica no caso de já ter havido o trânsito em julgado, conforme entendimento sumulado do STF.

114. Sobre a aplicação da lei penal no espaço, julgue o item seguinte:

Os crimes contra o patrimônio de município, quando praticados no estrangeiro, ficam sujeitos à lei penal brasileira, ainda que o agente tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro, pelo princípio da bandeira.

115. Acerca do concurso de pessoas, julgue o item seguinte:

No que tange à punibilidade no concurso de agentes, o código penal adotou, como regra, a teoria unitária, ao estabelecer que quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

116. De acordo com a Lei nº 13869/2019 (Lei de abuso de autoridade), o tipo de ação penal nos crimes elencados nessa lei é Ação Penal Pública condicionada à representação

117. Em relação aos crimes de abuso de autoridade, julgue o item abaixo:

São penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão temporária e sem vencimentos do cargo, função ou mandato, as quais podem ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.

Em relação aos crimes de lavagem e ocultação de bens, previstos na Lei 9.613/1998, julgue os itens de **118 a 120**

118. O processo e julgamento dos crimes previstos na Lei 9.613/1998, não obstante tratar-se de crimes subsidiários, independe do processo e julgamento dos crimes principais antecedentes, desde que praticados no Brasil.

119. Nos crimes de que trata a Lei 9.613/1998, são efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal, a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas que tenham legalmente a obrigação de informarem atividades suspeitas (como os bancos, bolsas de mercadorias, bolsas de valores, administradoras de cartão, etc.) pelo mesmo tempo da pena privativa de liberdade aplicada.

120. No processo dos crimes previstos na Lei 9.613/1998, o acusado que não comparecer nem constituir advogado será citado por edital e o processo ficará suspenso nos termos do art. 366 do CPP.

Discursiva

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
